



Saiba como pensava Roberto Civita, o criador da revista *Veja*

Em um depoimento para um livro sobre a corrupção na imprensa, que acabou não sendo publicado, o empresário e jornalista Roberto Civita — que morreu neste domingo (26/5), aos 76 anos — exhibe uma de suas características. Ele era capaz de dar as opiniões mais chocantes como se estivesse falando de seu fim de semana com os netos.

O depoimento é antigo. Data de janeiro de 1989, quando o governo José Sarney já estava na sua reta final. Mas guarda certa atualidade no que diz respeito ao drama da venalidade no negócio da imprensa. Certamente, no curso dos governos petistas, Roberto Civita não repetiria que considera os jornalistas cruéis demais para com o governo — o que poderia ser verdade nos anos Sarney.

As menções que faz referem-se, basicamente todas, à revista *Veja*, sua menina dos olhos, por ter sido planejada, concebida e esculpida por ele nos menores detalhes. Durante os primeiros anos, o empresário fazia questão de não ler a revista antes da publicação. Mas a cada segunda-feira devolvia um exemplar todo corrigido, como uma prova aplicada a aluno relapso. Foi o critério que ele usou para montar uma redação à sua imagem e semelhança.

"Mino, melhor dividir as cartas por assuntos e não por cidades de origem dos missivistas", ensinava ele, candidamente. Roberto Civita usava de lógica cartesiana para dar dinâmica à leitura e facilitar a visualização de elementos na página. Nessas correções, o editor insistia para que críticas opinativas e resenhas deveriam ter a assinatura do autor ou que números na casa do bilhão ou milhão deveriam ser grafados de forma reduzida para não confundir o leitor. Quem teve acesso a essa coleção de revistas não duvida que foi o dono e não seus contratados que deram forma à publicação.

Leia o depoimento de Roberto Civita:

“As mesmas tentações que se oferecem a quem está na trincheira se oferecem a quem está no comando também. O jogo do custo, da oferta e da troca de favores e represálias é permanente. Agora acho que tudo depende da postura básica do órgão.

O papel da direção é o de dar o tom, estabelecer as diretrizes. Se você não dá o exemplo em cima, não terá integridade na base. Eu estava aqui nesta sala com o Odylo Costa, Filho, quando me telefonou um ministro. Ele queria que Realidade cobrisse a inauguração de uma rodovia. “Olha, Roberto, vamos inaugurar tal rodovia neste sábado e há duas passagens à disposição para um fotógrafo e um repórter”. Sem arrogância, eu expliquei ao ministro que se o fato interessasse à revista nós mesmos arcaríamos com as despesas, mas se não interessasse, seria inútil mandar as passagens.

O Odylo ficou perplexo e disse que eu não poderia falar assim com um ministro. É provável que o ministro tenha se assustado, possivelmente porque esse tipo de oferta fosse uma coisa consagrada. Mas sempre agimos assim e acho que fizemos muito bem. Eu não posso exigir de ninguém o que eu não puder fazer, em termos de comportamento ético.



“Eu gostaria de colocar quatro pontos de vista sobre esse assunto, que são as coisas que ouçodiarmente de empresários políticos e todo mundo com quem converso:

“1 – Quem está na trincheira é da esquerda para lá. No mínimo PT. E está aí para distorcer, denegrir. De nada adianta a direção da empresa estar comprometida com a livre iniciativa e tudo o mais porque lá embaixo estão contra;

“2 – As redações se vingam das minhas ligações. Têm ciúme. Um claro sinal de imaturidade, é óbvio que tem de haver contatos de cúpula.

“3 – O governo é visto com excesso de crítica. Não existe tentativa de elogiar o elogiável. Não existe acerto. Como se fosse possível num universo de milhares ou centenas de autoridades se estar fazendo tudo errado, tudo contra o país. É evidente que isso não é possível;

“4 – Os jornalistas que cobrem o governo não entendem o que é importante. O despreparo é assustador. É inacreditável o índice de fofocas, intrigas e sacanagens que se procura. Não se enfoca o que é verdadeiramente essencial.

Eu gostaria de maior clareza de quem cobre o conjunto do que quem cobre a parte. Ou seja, minha expectativa é maior em relação ao material de Brasília. Por isso é imprescindível não se esquecer o essencial. Agora você não terá o essencial se os repórteres estiverem agindo como uma matilha de cães enraivecidos em torno da crise da raposa.

O favor recebido da fonte, por outro lado, neutraliza a isenção. Na política básica da Abril não se prevê a possibilidade de manutenção de conflitos de interesses. Tudo o que vicia o seu comportamento ou isenção ou dever, deve ser evitado. Se você não pode comer num dia, ou beber em três, o presente que recebeu, devolva. Não esteja à venda. Não importa o valor e nem adianta buscar atenuantes. (Lembra a história da madame e Churchill – “o que a senhora é, nós já discutimos, agora estamos tratando do preço”). Colunas sociais e suas práticas, por exemplo, é um absurdo. Inacreditável que um órgão saiba o que ocorre e deixe.

A questão ética básica é essa: estamos todos à venda ou temos algumas obrigações para com a sociedade e com a nossa consciência? Se a direção estiver à venda – em troca de favorecimentos – porque o meu repórter não poderá aceitar um emprego? Não há mistério. No fundo é tudo muito simples. No fim, está a sempre a mesma pergunta: “Porque o leitor nos compra? Nosso maior patrimônio é a nossa credibilidade. São anos para conseguí-la e uma edição apenas para perdê-la.”

Clique [aqui](#) para ver a imagem ampliada, com correções de Roberto Civita na edição de *Veja* de 1º de julho de 1968. O *fac símile* é de umas das edições “número zero” de *Veja*, período de ensaios em que a redação produzia edições que ainda não chegavam ao público:

Señoril pega a solución pela fôrça

[illegible]

Não cidade do futuro, erguida entre os amplos espaços do horizonte, como que no limbo de uma ficção científica. Foi Brasília, ou há calma.

Nessa cidade, os jornais não circulam, as rádios estão caladas, as estações de televisão não mostram imagens pertencentes. Quem faz agitação é simenon e o tempo não pára muito. Na primeira impressão de permanência conservadora, sempre de volta ao zero. O futuro ainda não chegou ao Congresso Nacional, que não tem presente e não perdura nos fatos. Domingo é Congresso encerrado em reunião regimental com o presidente da Câmara e o governador de Minas Gerais e o ministro da Justiça para uma discussão. No meio disso começam várias leituras, sobre marmores e pedras, o Deputado Mário Covas, líder da oposição, engatinha pela sala de 39 anos, carregando nas mãos

cialização de páginas e comissões extraordinárias do Congresso, animada por 247 deputados. O Deputado Odair Cavas, no sítio claro e vazio de Brasília, ainda não sabia o que fazer com aquela longa lista de assassinações, pois sabia que o Congresso não saberia o que fazer em suas reuniões no período de férias.

"A separação da política e da vida social atingiu, em nossa Pátria, o máximo de distinção. A política é, de alto a baixo, um mecanismo alheio à sociedade

A MARCHA
NÃO CHEGA
AO CONGRESSO.

Quais informações
você costuma
passar-me que
você muito
preocupado em
saber e para
em com o que

perturbador da ordem, contrário a seu progresso", disse no século passado Alberto Torres, sobre o Parlamento de liberais e conservadores da Segunda República. O Congresso de Anna e MIDB da Revolução de 1964 não perturba nada, por mais que fale ou por mais que se cale.

Abertura para o varão — "A Arvore é o partido do futuro", disse em sua Convenção o seu dirigente Arnaldo Cerdas, político profissional, ex-admirante de São Paulo. Um observador político entendido em entrelinhas e um especialista em mensagens subliminares, com sorriso boa vontade e depois de muita dificuldade, conseguiram perceber nessa frase de Cerdas uma tímida confiança em que o Governador de Maranhão e Silva ainda um dia duria um lugar à classe política marginalizada pelo Revolução. A reivindicação é tão óbvia que não chega a ser ex-

Lavamos
as calças
para o jantar
de o coração
nao Rocio -
Ela conseguiu
fazer alguns
velhos barbaes
em seus
mãos

Caval, na mão segura um papel

pressada; e o Marechal Costa e Silva, mais uma vez, já esclareceu na Convenção o que pensa da Arena: ela deve aprovar, ou no máximo desaprovar, as iniciativas do Executivo; assim como o MDB deve desaprová-las ou no máximo aprová-las. O processo de marginalização da classe política brasileira chegou ao seu ponto máximo. A política está nas ruas e nas pousadas; está nos quartéis e nas esquadrias. A semana, nas

da foi a semana da Convenção da Arena, mas só para os secretários que redigiram as atas das reuniões. A semana passada foi a semana das pastatas e do terrorismo, menos para os con-

A Revolução de Marjão, sob o comando de Castro, Franco e Costa e Silva, extirpou com as canções vários líderes populares do País. Os que restaram não conseguem mais manter as suas bases eleitorais por falta de identificação nos meios de comunicação. Os líderes políticos não podem mais atender reivindicações que tenham de buro. A Revolução não criou novos líderes. A Revolução transformou a classe política num vazio e assim não conseguiu estabelecer uma nova ordem política no Brasil.

Cardeiro para a classe política. Não se pode esperar a elaboração da classe política para a solução da crise. O Brasil que se tornou uma crise política. O Brasil não tem solução política. A Finca. O que não comoveu e das bombas não saiu do salão do Congresso.

se Gervino no meio da rua. No vazio, criado pela incidência de instâncias políticas ativas, o confronto é definido por uma situação de tensão que o Inocente e a esposa publicamente não reconhecem. O episódio é representado em seus Estudos do Gênero Federal, e que são os primeiros a serem publicados. O episódio é publicado, os professores, os alunos, os artistas e os estudantes, os estudantes, os estudantes, a Revolução. Ninguém sabe quem está no comando, pois nenhuma situação para ser resolvida. O episódio é publicado, os professores, os alunos, os artistas e os estudantes, os estudantes, a Revolução. Ninguém sabe quem está no comando, pois nenhuma situação para ser resolvida.

nos os estudantes andavam nus e as passantes não tiveram tanta repressão, mas as facilidades continuaram ocupando os professores se adivirsem sem alunos; a agitação continua. As reuniões e correntes, as pichos e os manifestos se repetem por todo o País. As duas notícias contra as manifestações falharam: reprimi-las para desencorajá-las e permiti-las para evaziá-las. No fim de semana, em todo o Brasil, os estudantes se reuniram para programar novas ações.

O Senador Márcio Martins, ex-deputado da Guanabara, líder do MDB no Parlamento, não se opõe aos mais de dez grandes cidades. Não, senadores epidemiologistas, colaboraram com muitos dos seus colegas para que o "Brasil-Grande" fosse declarado radiologicamente pelo Ministério da Justiça e Negócios Internos. O programa é articulado na hora em que os confusões de rua em todo o Brasil, mas não há um plano programático claro para lidar com a situação. O governador Federal propõe para a crise, mas é o Governo Federal que tem de apresentar uma solução. A classe política e os governadores acabam deixando tudo em mãos dos órgãos públicos, sem qualquer intervenção pública.

Condição de estudante — Três condições são exigidas pelos estudantes cariocas, hoje na vanguarda do movimento universitário do País, para que ele reinicie esta semana sem pausas:

[illegible]

contestação do poder; os estudantes, por sua vez, não admitem que um movimento seja reduzido a uma simples questão de liberdade de verbos ou de modificação dos currículos". A liberdade estudantil, apoiada por padres e professores empossados, fala de crises que o Gordinho não quer ouvir. Explica Turati Daluz, grileiro, Ministra da Educação: "Quando os jovens falam de liberdade, eles vão com o acerto MEC—União; quando falam sobre MEC—União, eles protestam contra a retenção de verbos; quando liberamos os verbos, eles se agitam contra a privatização das universidades. Dilegão, comê?"

Diálogo não resolve — Os camilhões, assim, vão aos poucos se fechando para o Governo. O Congresso e os partidos em nada podem colaborar para resolver a crise. Nem a repressão nem a ausência dela desencorajaram ou encorajaram o movimento estudantil na semana passada; o diálogo também não serviu. Restam agora apenas duas saídas: ou o Governo acaba com as manifestações, com uma repressão muito mais eficaz do que a usada até agora, ou o Governo acaba com os motivos dessas manifestações. As alternativas envolvem um

O caminho do Círculo agora passa pela

quedas?

O Congresso, sem função na crise, enc

segurança, de um lado, e pela reforma, de outro. A situação ficou mais complicada depois da grande passeata no Rio e da morte da soldado Márcio Kozl. Filhos no atendimento contra o II Exército, em São Paulo. As autoridades, antes da passeata no Guaracema, calculavam que dela só tomariam parte quase exclusivamente estudantes, no máximo entre 5 e 10 mil pessoas. Foram 70 mil, em média, entre, sob circunstâncias, mais

condutoras. Em manifestações menores, padres e professores foram mostrar também nas ruas sua solidariedade aos estudantes em Fortaleza e em Brasília. Se o Governo precisar acabar com essas manifestações, terá de enfrentar nas ruas não só estudantes. Se o Governo não tentar acabar com os motivos das manifestações terá de atender reivindicações não só de estudantes. Ou o Governo combate nas ruas todo um setor da opinião pública ou o Governo tem de atender essas reivindicações.

Uma outra opinião, porém, é mais importante para o Governo: é a opinião que os oficiais vão discutindo nos quartéis, no intervalo dos exercícios ou nas reuniões em memória do soldado morto pelas terroristas de São Paulo.

A voz dos comandos — Nos meios militares, já se ouvem algumas vozes que apresentam as duas alternativas e co-

Até aqui,
se podia
dizer trabalho
em duas
colunas

... tempo para discutir assuntos pre-

traz que as combinam. De um lado, os oficiais ficaram impressionados com a participação popular no movimento estudantil no Rio de Janeiro, assim como ficaram impressionados em 1961 com a campanha de rua em favor da posse de Aóló Gondiz na Presidência da República e com as Marchas da Família em favor de sua derubada em 1964.

[illegible]

...
... 5

References